



ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2018.-----

No dia 26 de janeiro de 2018, às 10:00 h, na sala de reuniões, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral e presidente do Conselho Superior, Wagner Geraldo Ramalho Lima, subdefensor público-geral, Ricardo Sales Cordeiro, corregedor-geral, Marco Túlio Frutuoso Xavier, Galeno Gomes Siqueira, secretário, Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez, Felipe Augusto Cardoso Soledade, Fernanda Sousa Saraiva e Richarles Caetano Rios. Presente ainda o presidente da Adep, Eduardo Cyrino Generoso.-----

Havendo *quorum* regimental, a dra. Christiane declarou abertos os trabalhos.-----

Em seguida, foi lida e aprovada a ata da 11ª sessão extraordinária de 2017, realizada em 20 de dezembro de 2017.-----

Prosseguindo, a dra. Christiane cumprimentou todos os conselheiros, o presidente da Adep, os colegas presentes, Rubens Borges, Carolina Morishita, inscritos para o momento aberto, assessores, demais servidores e o funcionário da Adep Erlan. Também cumprimentou os colegas Ricardo Sales e Eduardo Generoso pela passagem dos aniversários e os desejou parabéns, felicidades, muitos anos de vida e sucesso.-----

Iniciando os trabalhos, foi dada a palavra à defensora Carolina Morishita, isto às 10:02 h, que cumprimentou a todos; disse que quando viu a pauta publicada achou importante falar no Conselho Superior porque hoje começa a discussão da reforma da Deliberação nº 011/09; disse que reconhecia com humildade que não estava na Defensoria quando a Deliberação nº 011/09 foi construída; que teve um contexto à época, foi um marco, uma oportunidade de crescimento; que depois da aprovação dela mudou o "status" constitucional da Defensoria Pública; disse que ganhamos um capítulo específico na Constituição, especialmente aquele que prevê provimento de todas as comarcas; disse que a Defensoria mudou muito e é essencial uma alteração; disse que temos que conhecer o trabalho dos defensores do interior, privilegiar o trabalho deles; falou da situação da Defensoria em Ribeirão das Neves, onde não há atuação na área cível; falou da necessidade de cooperadores no interior; disse que nunca passou por uma comarca onde estivesse sozinha; que quando tira férias ou o escaninho enche ou é nomeado dativo nos seus processos; disse que tem colegas que tem medo de tirar férias; que tem colega que vende férias para não acumular o serviço e não para



ter uma renda a mais; disse que a sua atuação é ampla; pediu que alguém do VII possa participar dos debates e que é um tema complexo, que necessita de debates, mas que deve ser apreciado com celeridade; agradeceu a oportunidade, por fim.-----

O conselheiro Felipe Soledade disse que fez estudos sobre a situação da Defensoria Pública e que o nosso problema maior é de sobrecarga de trabalho; disse que temos 50 comarcas com 1 defensor atuando sozinho e isto não tem como administrar; disse que em 75% das comarcas há mais que o dobro de habitantes por defensor; que o número de habitantes por defensor é desproporcional; que em 75% das comarcas são mais de 20.000 habitantes por defensor; disse que temos que fazer esta pergunta: não basta dividir o trabalho, temos que ter uma carga que seja viável e que não podemos ter uma carga maior do que suportamos; que só podemos estar onde temos condições de estar; que se não tem condições, então não coloquemos o pé lá; falou da necessidade da reforma da Deliberação nº 011/09; por fim, parabenizou a colega Carolina Morishita pela fala.-----

Dada a palavra ao defensor aposentado Rubens Luís Borges, isto às 10:11 h, o mesmo cumprimentou a todos; disse que ao conferir as mensagens do dia em seu telefone, viu uma mensagem em que o Grande Arquiteto do Universo colocava o dedo no seu caminho e fez a leitura da mensagem; disse que retornava ao Conselho Superior com um assunto em nome dos defensores aposentados; falou dos seus contatos com alguns defensores inativos; falou que benefícios concedidos aos colegas da ativa não se estendem aos inativos; disse que acha justo os colegas da ativa receberem benefícios, mas conclamava para que esforços fossem empreendidos na priorização da questão do subsídio; disse que tinha mais duas questões: a primeira, como vai ficar o pagamento do retroativo? Perguntou; a segunda, em relação às perdas que ficaram para trás de julho de 2016 a julho de 2017, qual seria o encaminhamento? Indagou; perguntou se há previsão para este acerto, da perda inflacionária; por fim, agradeceu a atenção de todos.-----

A dra. Christiane disse que invertemos a pauta para otimizar os trabalhos; que a questão do subsídio sempre foi uma prioridade da sua administração; disse que é um trabalho conjunto; disse ao colega Rubens que ficasse tranquilo, pois os trabalhos são de forma permanente; que o pagamento do retroativo está em negociação, em andamento; que assim que tiver um posicionamento ainda este mês de janeiro dará a notícia; disse que

[Handwritten signature]

2

[Large handwritten signature]

[Handwritten initials and signatures]

as demais questões serão repassadas ao Eduardo Generoso e aos demais conselheiros; agradeceu a presença do colega Rubens.-----

O conselheiro Richarles levantou uma questão de ordem e sugeriu que os informes fossem dados antes de enfrentar a pauta.-----

A dra. Christiane respondeu dizendo que a intenção é otimizar a sessão e que tudo é público; sobre a questão do retroativo disse que está em negociação, e que é questão de ordem financeira; disse que estão fazendo reuniões periódicas; que estas reuniões nem sempre são fotografadas, divulgadas, por questões estratégicas; disse que assim que tiver uma posição chamará o Conselho e dará a notícia; disse que ninguém mais do que ela deseja dar esta notícia na hora em que ela acontecer; que está aguardando um telefonema ou uma reunião para novas tratativas; disse que se não fechar a negociação também informará; disse que trata as questões com a máxima transparência; que é isto que está ocorrendo.-----

O conselheiro Richarles pediu a palavra e falou sobre a questão da Deliberação nº 011/09; disse que a comissão só pode ter um objetivo, a elaboração de edital de consulta à classe, como forma de garantir a participação dos defensores; disse que tem que ter parâmetros para tanto, critérios mínimos, obedecer a constituição; que a função da comissão é estabelecer estes critérios; disse que deve ser feita consulta ampla à classe e que a partir da consulta, com o estabelecimento de critérios mínimos, é que será dado o devido andamento; que o Conselho vai verificar se as propostas atendem os critérios legais; que nesta situação a participação do Conselho seria apenas homologatória; disse que onde não houver consenso, a função do Conselho seria arbitrar e dizer como será a reforma da Deliberação nº 011/09.-----

A dra. Christiane disse que está fechando o planejamento estratégico no dia 22 de fevereiro de 2018; que a primeira questão será o encaminhamento da reforma da Deliberação nº 011/09, mas uma organização da arquitetura e que trará ao Conselho para ampla discussão e debate; disse que aí sim daremos os encaminhamentos; que o primeiro item necessário da execução do planejamento estratégico será este; que nunca pensaram em fazer um planejamento estratégico que não fosse participativo; que o prazo foi longo porque todo o interior foi ouvido.-----

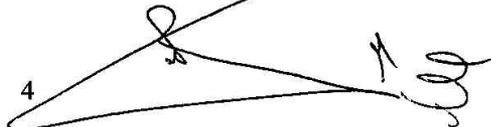
O conselheiro Richarles citou a Resolução nº 024/2018; citou entrevista do professor Marconi na revista da Defensoria; disse que a administração não pode ter os mesmos critérios de planejamento e organização que uma entidade privada; leu trechos da entrevista do professor Marconi; disse que a Resolução

nº 024/2018 trata deste fechamento, criando grupo de trabalho para tanto; que quando se trata de objetivos estratégicos eles são de longo prazo; disse que a composição do grupo não reflete o caráter participativo e democrático que o grupo tem que ter; solicitou a revogação desta Resolução e pediu que se garanta uma maior participação do defensor; falou da importância do grupo de atuação; disse que de 20 membros apenas 5 não compõem a administração; que teríamos que garantir uma participação dos defensores e temos que pensar nesta participação; que a montagem do grupo teria que passar pelo Conselho e não poderia ser ato da Defensoria Geral; falou da necessidade de comarcas do interior, regionais, elegerem representantes; que tudo fica muito centrado na administração; falou que bem ou mal voltamos para uma posição vertical e não sabe se a Fundação João Pinheiro sugeriu isto; fez a leitura de partes da Resolução; disse que a FJP está no trabalho como assessoria, que ela presta um serviço, mas que nós podemos chegar e dizer não; disse que queremos uma composição diferente; apontou uma segunda distorção, a representação dos órgãos da Administração; disse que enquanto o gabinete está amplamente representado, o Conselho tem um único representante; que são seis os membros eleitos do Conselho; disse que existe uma desarmonia, uma sub-representação entre os próprios órgãos da Administração; disse esperar que esta distorção seja corrigida antes do fechamento do dia 22/02; que este fechamento representa a superação de um ciclo e a abertura de outro; que este novo siga os critérios de participação, seja democrático, que em todas as etapas tem que ter participação dos defensores.-----

A dra. Christiane disse que o processo foi todo participativo; que tudo foi feito dentro de uma metodologia proposta pela FJP; que não participaram da construção da metodologia; disse que deram isenção o máximo possível e que isto demorou muito tempo; disse que projetos tem que ter início, meio e fim; disse que a FJP tem prazo contratual para entregar o planejamento estratégico; disse que estão simplesmente atendendo o que foi colocado pela FJP; que gostaria que este Conselho tivesse participado mais, já que todos são muito qualificados e com excelentes ideias, mas que neste momento tem que finalizar o planejamento; disse que o que será feito depois da entrega do trabalho este Conselho irá participar amplamente, já que tudo tem que ser deliberado pelo Conselho Superior; disse que tem a consciência tranquila sobre a ampla participação dos defensores públicos, que compreende

Memoria

4



entende, mas que neste momento não tem como fazer de forma diferente.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que em relação ao planejamento, foi licitado, contratado; que não interferiram na metodologia; que a FJP tem autonomia completa; que a visão é que o planejamento estratégico não é um programa de gestão; que não pode haver nenhum tipo de direcionamento; que dentro da FJP ela ouviu todo mundo, ela faz o diagnóstico; relata tudo que ouviu e pode compreender; que a FJP ouviu externamente alguns órgãos como o TJ, MP, ALMG; que preparando todo este diagnóstico ela dará a sua visão final; disse que a FJP tem um software que canaliza por assuntos-chave; disse que a sugestão do conselheiro Richarles é coerente e que talvez tenhamos que conversar com a FJP sobre isto; disse que esta comissão vai compilar tudo que entenderam e ela vai ajudar na metodologia; no caso mencionado pelo conselheiro Richarles, disse que talvez seja interessante a participação do próprio Conselho; que nos debates que ocorrerão é que a gente vai fazer este sopesamento; falou que quem vai construir o que é estratégico é a Defensoria; que a participação deste Conselho talvez possa ser interessante, para ajudar a construir juntos com os outros; sobre a Deliberação nº 011/09, elogiou a colega Carolina Morishita, que são pessoas que chegaram à Defensoria e preocupadas com Deliberação nº 011/09, com a Instituição; falou dos debates no Conselho sobre a metodologia a ser adotada na reforma da Deliberação nº 011/09; falou da necessidade da ampla consulta; da criação de comissões dentro de cada comarca; disse que podemos começar dentro de cada comarca; que de lá pode se extrair um documento e depois outro da regional, depurando até que chegue aqui no Conselho; disse que a Deliberação nº 011/09 não se constrói de cima para baixo, que tem que ser de baixo para cima; disse que vamos discutir mais sobre isto; disse que nós vamos discutir quais são os eixos nos próximos quatro anos; que o Conselho deveria estar presente neste workshop e que poderia até se chamar o professor Marconi; disse que o planejamento estratégico não é fechado.-----

O conselheiro Richarles disse que é meio temporão na Defensoria, onde entrou com 36 anos; disse que tem muita rodagem anterior em razão disto; disse que já participou de devolução de diagnóstico; que isto é devolução de pesquisa, e o produto da FJP; que o grupo pode ter a composição a, b ou c; disse que a crítica é ao momento da devolução do produto, do diagnóstico; que este grupo criado não é representativo da Instituição; que a forma mais democrática de se fazer, considerando que a pesquisa foi ampla



envolveu todos, que esta devolução tem que ter a participação de um grupo mais representativo e que por isto, requeria a revogação da Resolução.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que o trabalho da FJP não se encerra com a devolução do diagnóstico; disse que ela faz o diagnóstico, mas vai ajudar metodologicamente as comissões para que a partir disto consiga chegar a algo; disse que nada impede a análise do que seria mais representativo; que temos que atentar ao que é melhor para a Instituição e que de repente a participação do Conselho deva ser e que é bem vindo o requerimento; disse que temos que construir em harmonia, e que temos que sair do mundo político e focar no mundo Defensoria Pública.-----

A dra. Christiane, complementando o requerimento apresentado pelo conselheiro Richarles, disse que levará à FJP a participação do novo Conselho nesta devolução.-----

O conselheiro Richarles ficou de apresentar requerimento por escrito de revogação da Resolução nº 024 de 2018.-----

O conselheiro Ricardo Sales cumprimentou a todos; disse que achou interessante a colocação do colega Richarles no que diz respeito à participação ampla; disse que se sai a campo e se busca informações de várias pessoas eu tenho que devolver esta informação; disse que há alguns reparos; disse que quando leu a Resolução pleiteou a participação de um assessor da Corregedoria Geral; disse que tudo que se discute na Instituição em relação à questão normativa passa pelo Conselho Superior; que de fato a participação tem que ser ampla; que não sabe o motivo do workshop não poder ser feito como o foi no Ministério Público, onde todo mundo teve acesso; disse que não estava aderindo ao pedido de anulação, mas tem que ter a participação ampla de todos; que é dever do Conselho participar como órgão normativo; que o Conselho é destinatário final do trabalho a ser feito e ele que vai transformar em norma final.-----

A dra. Christiane disse que o MP convocou a classe inteira; lá eles tem condições orçamentárias e nós não temos; que não temos como convocar todos os defensores para tanto.-----

O conselheiro Wagner disse que o workshop não é a fase final do trabalho; disse que de repente estamos discutindo sem saber as fases que vamos passar.-----

A dra. Christiane disse que o planejamento estratégico tem prazo para terminar em março.-----

O conselheiro Wagner disse que a convocação do MP foi para o diagnóstico.-----

Plan



O conselheiro Richarles reforçou que a Resolução nº 024 de 2018 não passou pelo Conselho Superior.-----

O conselheiro Marco Túlio disse aderir integralmente à manifestação do conselheiro Richarles; disse que não seria nem um pouco polido em sua manifestação como o conselheiro Richarles o foi; falou que foi dito que a comissão vai receber o diagnóstico e compilá-lo, mas não é isto que consta; disse que a criação do grupo é para traçar objetivos estratégicos para a Defensoria; que o conselheiro Richarles adiantou o outro ponto; que é um tema que envolve normatização e que tinha que passar pelo Conselho; que faltavam dois dias para a reunião do Conselho e nada justifica a publicação desta forma; disse que se a questão envolve interesse da classe de mudança, de objetivos estruturais, de futuro, tinha que ser debatido hoje no Conselho; falou da desproporcionalidade da representação; disse que nós temos um Conselho com 3 membros participando e 1 entre os seis membros eleitos apenas e que isto é discutível; disse que a Resolução nº 024 de 2018 remete à Resolução nº 035 de 2016; disse que o conselheiro Wagner faz parte duas vezes, por exemplo; disse que aderiria integralmente à proposta do conselheiro Richarles e que a Resolução veio no momento errado, às vésperas da reunião do Conselho; que poderia ter sido enviado por email aos conselheiros; falou da participação de representantes de comarcas de Defensorias com mais de 6 defensores; falou da possibilidade de colegas de comarcas menores serem esquecidos; disse que não temos como traçar objetivos estratégicos a colegas de comarcas que estão sozinhos; disse que a coisa está sendo de cima para baixo e não há representação necessária, tendo ficado chateado com isto e que tudo ficou muito distante do que pretendemos.-----

O conselheiro Galeno disse que também aderiria integralmente à proposição do conselheiro Richarles Caetano.-----

O conselheiro Wagner disse que quando falou de diagnóstico, quis dizer que a FJP vai acompanhar até o final; que o requerimento a ser feito pelo conselheiro Richarles tem que ser analisado e que é importantíssimo o que o ele trouxe.-----

A dra. Christiane disse que nada é feito de cima para baixo; que tudo é questão de metodologia; falou da dinâmica da administração e que às vezes não tem tempo e condições de uma consulta; disse que levará para a FJP as colocações; sobre os coordenadores locais, falou que colocaram uma linha de corte por razões orçamentárias; que ninguém está fazendo seletividade com comarca alguma e que não há outro motivo a não ser o orçamentário.-----



Handwritten signatures and initials, including 'lll', 'SB', and a large scribble.



O conselheiro Heitor Baldez cumprimentou todos os presentes; disse que inicialmente não tinha como não aderir integralmente à manifestação do colega Richarles; disse que começamos a sessão hoje com uma manifestação importante da Carolina Morishita, onde ela cita as agruras de defensores do interior; disse que a Resolução nº 024 de 2018 exclui a oitiva destes defensores e isto preocupa; sobre a representatividade, disse que via como algo difícil de entender a colocação na Resolução de pessoas ligadas diretamente ao gabinete, todos coordenadores regionais, locais, mais quatro assessores; disse que os coordenadores locais não representam o pensamento dos defensores e sim são "longa manus" da administração na comarca; que talvez uma eleição com representantes fosse o ideal; que o Conselho é tão administração quanto os demais órgãos; disse que ficou com uma dúvida se seria um conselheiro eleito ou representante indicado por ele.-----

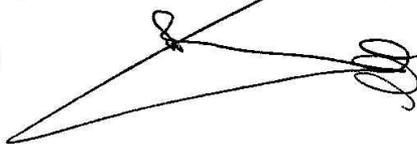
A dra. Christiane disse que a previsão é de participação de um conselheiro eleito.-----

O conselheiro Heitor Baldez disse que o ideal seria a participação de um conselheiro eleito; disse que a Resolução foi publicada ontem e a sessão do Conselho realizada hoje e que havia condições de ser debatida aqui hoje; que os debates poderiam ocorrer aqui hoje, sim; disse que as críticas são justas; terminou citando o defensor Rubens sobre a importância da melhoria remuneratória a todos os defensores ativos e inativos.-----

A dra. Christiane disse que com relação à presença dos coordenadores, hoje formalmente não há na legislação a previsão de eleição dos coordenadores, mas que é algo a se pensar; disse que sempre liga na comarca e pede a indicação um nome; que quem escolhe é a comarca; que nenhum coordenador hoje, local ou regional, é escolhido pela pessoalidade; que geralmente liga e pede um escolhido e que a partir do momento que ele é escolhido pelos colegas há representatividade; que a participação deles é legítima neste aspecto.-----

O conselheiro Felipe Soledade aderiu à manifestação do colega Richarles; acima de tudo, disse que queria fazer um pedido à sensibilidade da DPG e do conselheiro Wagner, subdefensor-geral, que evitassem este tipo de situação; disse que pode melhorar muito a comunicação entre o Conselho e o gabinete; disse que a questão pode ser remediada e acredita que o será e que estamos discutindo uma coisa que poderia não ser necessária, que às vezes um simples email poderia ter resolvido; sobre a participação na comissão, disse que todos virão com pagamento de diárias, que todos sabemos que vivemos um período de crise e indagou se





11





seria necessário este gasto de dinheiro público e que talvez fosse uma diligência dispensável; se o destinatário é o Conselho, se o estudo da FJP não haverá conteúdo normativo e vinculativo, porque já não trazer a apresentação deste trabalho diretamente ao Conselho, sem pagamento de diárias, sem nada, indagou; pensa ser infeliz a metodologia de apresentar de súbito, e reforçou que devemos melhorar a comunicação, para evitar desgastes desnecessários.-----

A dra. Christiane disse que o custo foi pela participação dos colegas do interior.-----

O conselheiro Wagner disse que de qualquer forma, ao final de qualquer documento que saia, se o Conselho tem que aprovar, tem que vir para cá.-----

O conselheiro Felipe Soledade indagou o motivo de não se apresentar diretamente ao destinatário.-----

A conselheira Fernanda Saraiva cumprimentou todos os presentes; parabenizou a colega Carolina Morishita pela apresentação; sobre a Resolução nº 024 de 2018, deu exemplo de Ponte Nova, onde não foram ouvidos e mais uma vez não vão ser ouvidos nesta fase; disse que a realidade das comarcas menores é bem diferente de Uberlândia e Uberaba e outras; que a preocupação é o interior; que todos trabalham com afinco, acumulando atribuições de forma voluntária, e não foram ouvidos aqui; que outras comarcas também não devem ter sido ouvidas pelo professor Marconi.-----

O presidente da Adep, Eduardo Generoso, deu bom dia a todos; disse que a manifestação da Carolina Morishita é extremamente oportuna, já que a sua preocupação também, desde que assumiu a Adep em 2015, tem sido no sentido de fortalecimento das comarcas existentes; disse que briga para não abrir comarca de defensor único; que temos que fortalecer onde estamos para depois expandir; disse que onde estivermos, temos que propiciar um melhor atendimento; que a existência de comarca de vara única preocupa; que tem que ser avaliada a questão da saúde do defensor; falou de requerimento formulado ao gabinete sobre colegas afastados por saúde e o pedido foi negado; que esta estatística não foi apresentada à Adep; que achou muito oportuna a manifestação da Carolina Morishita; disse que a Deliberação nº 011/09 foi muito importante lá atrás e que ela demanda revisão; disse que muitas questões devem ser colocadas e revisadas neste contexto; sobre a Resolução nº 024 de 2018, queria dizer que lá consta a participação da Adep, o que o deixa satisfeito, mas queria sugerir que constasse um representante da Adep e não apenas o presidente ou o vice, já que nem sempre podem estar presentes;

disse que assim fica melhor, porque se houver esta dificuldade pode encaminhar algum diretor na ausência do presidente ou do vice; quanto à questão colocada pelo colega Rubens, queria aproveitar a presença dele para colocar também uma questão, a de que os associados aposentados não possuem mais o email da Defensoria, mas eles têm sempre uma vontade de participar ou de pelo menos ter conhecimento do que acontece; pediu para analisarem a hipótese de o aposentado indicar um email privado para receber informações, publicações, para não perder este contato com a Instituição, como por exemplo, o envio da revista eletrônica; e por falar em revista, disse, agradeceu o recebimento da segunda edição da Esdep; disse que é de excelente conteúdo, mas queria fazer novamente um pedido: leu trecho da ata da sessão de 05.07.17, sobre sua manifestação pelo lançamento da revista à época, onde pediu que constasse a Adep na composição do Conselho; disse que novamente a revista, na composição do Conselho não consta o nome da Adep; que não é o nome do Eduardo que pleiteia que conste; que a Adep tem assento e voz no Conselho; novamente fez o pedido para que na próxima revista conste o presidente da Adep na composição do conselho.-----

A dra. Christiane disse que reiterava a manifestação anterior; pediu desculpas; disse que não faz revisão da revista; que os trabalhos são delegados ao conselho editorial; que não tem participação alguma na revista, apenas vê o trabalho final quando ele já está feito; pediu desculpas ao Eduardo Generoso; disse que a questão do email sugerida por ele é uma boa sugestão.-----

Os trabalhos foram suspensos às 11:30 e retomados às 13:45 h.--
Em relação à ratificação da lista de antiguidade constante da Resolução nº 015 de 2018, a sugestão do conselheiro Galeno foi no sentido do Conselho ratificá-la, mas com a correção de erro material nela contido.-----

O conselheiro Wagner disse que a lista que foi publicada, existe autorização para tanto, e citou o RI, art. 32, § 4º; disse que foi publicada retroativamente, já que não foi após as últimas promoções; disse que por este artigo não haveria necessidade de ratificação, ao que parece; por outro lado, a questão de erro material poderia ser corrigido de ofício; disse achar que a partir do momento que ocorreu o erro, o DRH poderia retificar, corrigir; portanto, acompanhava o conselheiro Galeno em sua sugestão.-----

Resultado: à unanimidade foi acatada a sugestão apresentada pelo conselheiro Galeno de ratificação da lista de antiguidade publicada com a correção de erro material nela contido, Resolução nº 015 de 2018.-----



O conselheiro Richarles sugeriu que o segundo edital de remoção aguarda a lista de 31.01.18, para dar segurança jurídica, sendo a sugestão acolhida pela dra. Christiane.-----

Relativamente ao procedimento nº 031 de 2017, foi dada a palavra ao relator, que avocou a relatoria em razão da urgência, com o que todos concordaram anteriormente, conselheiro Galeno, que apresentou relatório e voto pela procedência do pedido de reabilitação formulado por Silvânio Silva Neves, na forma do art. 126, da Lei Complementar nº 65/03, e também para que se exclua dos seus registros funcionais qualquer anotação referente ao PAD em questão. O conselheiro Galeno disse que a reabilitação deveria ser automática, preenchidos os requisitos legais.-----

Dada a palavra ao revisor, conselheiro Heitor Baldez, o mesmo acompanhou o relator, conselheiro Galeno.-----

O conselheiro Ricardo Sales disse que de fato talvez isto pudesse ser um ato automático; contudo, a própria lei faz menção ao pedido dirigido ao Conselho Superior; disse que a Lei Complementar nº 65/03, trata só do membro da Instituição, mas mencionou a aplicação subsidiária do estatuto do servidor público, Lei nº 869, que também prevê que a reabilitação ocorra no mesmo prazo de dois anos, após o cumprimento a penalidade.-----

Colocada a matéria em votação, todos os demais conselheiros acompanharam relator e revisor.-----

Quanto ao procedimento nº 006 de 2018, que trata de pedido de alteração da Deliberação nº 043/2017, que fixou o calendário de sessões ordinárias do Conselho Superior para o ano de 2018, foi dada a palavra ao conselheiro Galeno, relator do procedimento nº 029 de 2017, tendo o mesmo sugerido a manifestação da dra. Christiane Malard, autora do novo requerimento, para que a mesma apresentasse as suas razões, com o que todos concordaram.-----

A dra. Christiane fez suas justificativas sobre o pedido; disse que é primordial a sua participação nas reuniões do Condege, que às vezes coincidem com as reuniões do Conselho Superior; disse que também não abre mão de participar das sessões do Conselho; que como presidente do Conselho gostaria de estar presente em todas elas; mencionou o workshop com os coordenadores e FJP, em que também estará presente; disse que estamos começando um Conselho agora, e que a sua intenção é um processo dinâmico, pacífico; que espera ter um relacionamento pacífico, dinâmico e participativo com o Conselho e querer participar das reuniões, das pautas, estar com os conselheiros, enfim, participar de tudo, sendo

estas as razões do pedido de alteração das datas, em sua maioria coincidentes com outros compromissos já assumidos.-----

O presidente da Adep, Eduardo Generoso, disse que a informação que possui é que o calendário do Condege é trimestral e que se manifestava favorável a alteração somente do dia 23.3.18; disse que em 23 de fevereiro, a data não colide; solicitou a publicização da agenda da DPG e finalizou dizendo que se deve aguardar a publicação do calendário das reuniões do Condege.-----

A dra. Christiane disse que o pedido não é só em função do calendário do Condege, mas em razão dos outros compromissos também.-----

O conselheiro Ricardo Sales fez menção ao art. 37, do RI; falou da importância disto, de dar publicidade aos atos do Conselho, cujo destinatário final é o defensor público; falou da importância das questões serem decididas em datas previamente colocadas; que a questão é formalizar um calendário que todo mundo sabe; que é importante que todos participem; que por óbvio não foi explicitada a questão da relação pessoal da DPG em relação a seus compromissos; que também não é ideal a fixação na sessão anterior; que o ideal é que o órgão esteja sempre com a composição plena; disse esperar que a exceção vire exceção; disse que talvez tenhamos que refletir sobre a pauta, muito extensa, e talvez tenhamos que aumentar o número de sessões; disse que temos que ter o bom senso para organizar o calendário, mas que também não pode ser como antes; falou também da necessidade de se divulgar a pauta dos trabalhos do Conselho com uma maior antecedência.-----

O conselheiro Wagner disse que está no Conselho desde a época da dra. Andréa; disse que sempre fez a defesa das prerrogativas de todos os conselheiros; disse que é sempre importante o colegiado cheio; que quando preside o Conselho os procedimentos dos quais é relator não podem entrar na pauta e isto impacta os demais; que dentro do possível temos que nos organizar mesmo.--
O conselheiro Marco Túlio disse que nada é imutável, mas discorreu sobre a importância de se ter datas previamente agendadas.-----

O conselheiro Heitor Baldez alertou para que tenhamos cuidado; falou da importância de termos um calendário fixo para que todos possam comparecer; disse concordar com datas duplas, porque aproveita a vinda dos conselheiros do interior.-----

O conselheiro Galeno disse que nada é imutável; discorreu sobre a importância da fixação das datas das sessões; disse que isto facilita os trabalhos do conselheiro tanto no Conselho como em seu

órgão de atuação; que isto facilita a vida dos coordenadores que devem buscar soluções para suprir a ausência do conselheiro e disse que a fixação das datas dá mais transparência às ações do Conselho e que não se opunha à alteração das datas, dizendo que o importante é que elas sejam fixas; lembrou que em sua proposta primitiva as datas sugeridas são basicamente as mesmas e que no início indicou a 3ª ou a 4ª sexta-feira de cada mês para as sessões, sendo este o melhor dia para todos.-----

Assim, estando todos de acordo, as novas datas das sessões do Conselho Superior são as seguintes: 2ª sessão ordinária, dia 19.2, segunda-feira; 3ª sessão ordinária, dia 09.3, sexta-feira; 4ª sessão ordinária, dia 13.4, sexta-feira; 5ª sessão ordinária, dia 04.5, sexta-feira; 6ª sessão ordinária, dia 15.6, sexta-feira; 1ª sessão extraordinária, dia 20.2, terça-feira e 2ª sessão extraordinária e 4ª itinerante, dia 06.4, sexta-feira, em Divinópolis.-----

O conselheiro Felipe Soledade disse que os nossos trabalhos demoram mais tempo que o necessário; sugeriu que não fiquemos voltando toda hora no mesmo assunto; sugeriu copiar o que funciona em outras instituições; disse que podemos ter uma pauta virtual; que o procedimento da reabilitação poderia ter sido assim; disse que o pedido que faz é de carinho com o Conselho; que a administração também tenha carinho com o Conselho, que prestigie o Conselho como o compromisso mais importante da agenda, exceto governo e ALMG; pediu que não fôssemos preteridos por outras reuniões; que tem que ser de uma reunião de igual estatura hierárquica; disse que queremos o mesmo reconhecimento e que se não se tratar de compromisso de grande envergadura, no mínimo daí pra cima, sejam prestigiadas as reuniões do Conselho, pois pode causar desprestígio institucional.-

À unanimidade, foi aprovado o novo calendário de sessões do Conselho Superior para o primeiro semestre de 2018.-----

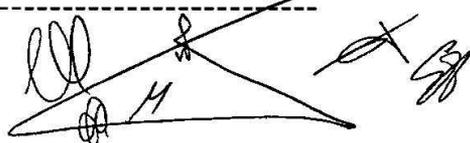
O presidente da Adep, Eduardo Generoso, disse que respeitava a vontade do colegiado.-----

O conselheiro Ricardo Sales insistiu que a divulgação da pauta deve ocorrer pelo menos na sessão anterior.-----

O conselheiro Galeno disse que concordava com o conselheiro Ricardo, mas que às vezes surgem assuntos urgentes e que tem que ser incluídos na pauta de última hora.-----

O presidente da Adep, Eduardo Generoso, ponderou que eventos institucionais fazem parte da rotina da Instituição.-----

A dra. Christiane disse que não tem como estar ausente no evento da mulher no dia 09.3.18.-----





O conselheiro Wagner disse que as pautas das sessões itinerantes são diferentes; que são geralmente sessões extraordinárias, com assuntos mais institucionais.-----

Quanto ao procedimento nº 004 de 2018, proposta de alteração do regramento da concessão de auxílio alimentação aos servidores administrativos da Defensoria Pública, foi dada a palavra ao conselheiro Wagner Ramalho para apresentação de relatório, voto e minuta de Deliberação, o que de fato foi feito e com a qual todos concordaram à unanimidade.-----

O conselheiro Ricardo Sales sugeriu a correção de erro material contido no art. 5º, da minuta, para que onde consta "art. 4º, passe a constar art. 5º".-----

O conselheiro Wagner discorreu sobre a possibilidade do vale alimentação ser em pecúnia, mas que para tanto precisa de previsão orçamentária.-----

O conselheiro revisor, Ricardo Sales, acompanhou o relator, pelo acolhimento da proposta, com a observação de correção do erro material.-----

Corrigido o erro material, foi a proposta aprovada à unanimidade.-

O conselheiro Felipe Soledade falou da proposta de eficácia temporal da interpretação da Lei nº 22.790/2017; pediu a análise do regime de urgência e marcação de audiência pública para oitiva dos interessados.-----

A dra. Christiane indagou sobre a urgência do procedimento e o conselheiro Wagner disse que temos que votar a urgência, só não sabendo em qual momento da sessão.-----

O conselheiro Ricardo Sales disse que na verdade tinha que ser pautado o pedido, que não tem ciência dele, mas que não se opunha.-----

O conselheiro Marco Túlio disse entender que podemos sim analisar a urgência, e também aproveitarmos a presença do colega Hilton Santa Bárbara.-----

O conselheiro Galeno disse ser favorável a análise imediata da urgência e que a reunião pode ser marcada depois.-----

A conselheira Fernanda não se opôs à votação imediata da urgência.-----

O conselheiro Richarles colocou-se favorável à votação do pedido de urgência; disse que a audiência pública ou uma sessão extraordinária pode ser feita ao longo da semana de acordo com as agendas de cada um.-----

Eduardo Generoso, presidente da Adep, não se opôs ao pedido e sua votação imediata.-----

Pimenta

H *[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*



O conselheiro Wagner Ramalho disse que há previsão em pauta para a urgência; que as diárias também são urgentes, mas prestigiando o colega Hilton, podemos incluir agora a questão.-----

O conselheiro Felipe Soledade fez breve relato sobre a situação envolvendo os servidores; falou do diferimento das vantagens para dezembro de 2018 ou quando houver dotação orçamentária própria; disse que em todo momento os servidores acreditaram na contrapartida para compensar a vedação à advocacia e o aumento da carga horária; falou do diferimento dos bônus e os ônus de imediato, na questão da vedação à advocacia; disse que esta questão gera certa celeuma e achar injustiça exigir deles providências, ônus, sem deferimento dos bônus; disse que pode e deve a questão resvalar no âmbito do poder judiciário; disse que o Conselho pode atuar na questão da unidade e resolver; que é uma questão de suma injustiça que muitos sofrem há muito tempo; que é necessário nos debruçar sobre o tema; sugeriu a oitiva dos interessados em audiência pública para apresentarmos uma minuta de Deliberação futura; que hoje apenas pediu a apreciação do regime de urgência.-----

O conselheiro Ricardo Sales disse que o pleito é justo; que quando da expedição da orientação funcional que trata do art. 44, que veda a advocacia, a preocupação que havia era orientar o servidor, para que ele não continuasse com a advocacia porque poderia sofrer sanções interna e externas; disse que o que compete à Corregedoria é o âmbito disciplinar interno; falou de visita do colega Hilton, presidente da associação de servidores, que trouxeram a questão; disse que no projeto de lei esse posicionamento dos cargos ocorreria em até 90 dias após a promulgação da lei; que outras questões foram diferidas para o final do ano de 2018; que isto traz uma repercussão interessante: do ponto de vista pecuniário estão arcando com o ônus; a lei não traz nenhuma condicionante; que tomou precaução em relação ao tema e entendeu que a vedação é de aplicação imediata; disse achar que o assunto é institucional e que isto envolve a resolução dos problemas dos servidores que aguardam as providências há muitos anos; que isto serve para que a gente tenha um cuidado e trate isto institucionalmente e veja com prioridade; que os R\$12.000.000 necessários à implementação sejam buscados para o nosso orçamento; disse que isto é questão de honra para a Defensoria e já passou da hora de ser resolvido; que temos que eleger esta questão, guardadas as dificuldades, ao final das discussões e trazer um prazo de 90 dias para implementar; que há um prejuízo muito grande e que acha que a decisão do conselheiro



Felipe Soledade de trazer o tema para debate dá o revestimento que precisa ter desta discussão, que é institucional; no final, disse concordar com a urgência e que se marque a audiência pública o quanto antes.-----

O conselheiro Wagner Ramalho afirmou ter ouvido atentamente a explanação do conselheiro Ricardo Sales e votava pela urgência, sendo seguido pelos demais, devendo o tema retornar à pauta da próxima sessão.-----

Quanto à análise dos procedimentos nº 019 e 031 de 2017, proposta de alteração do regramento da concessão de diárias no âmbito da Defensoria Pública, alteração da Deliberação nº 037/2011, foi dada a palavra ao conselheiro relator, Wagner Ramalho, que apresentou relatório, voto e minuta de Deliberação, parte integrante do procedimento.-----

O conselheiro Ricardo Sales, revisor, fez considerações sobre o trâmite da matéria no Conselho; falou do repasse de diárias pela fundação Renova e que não pode ser pago diária direto ao defensor; discorreu sobre a questão do pagamento de diárias na região metropolitana; do pagamento da diária de 6 horas e que os valores tem que ser fixados por Resolução.-----

O conselheiro Wagner Ramalho apresentou simulação do valor das diárias, sendo R\$500,00 para capitais e R\$400,00 para as demais cidades.-----

O conselheiro Marco Túlio disse não concordar com 80% de diferença para a diária do servidor e sim 2/3.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que o servidor também pertence à casa e que eles ganham muito pouco; que sobre o regramento é o Conselho que vai estabelecer e que este trabalho é um pontapé inicial.-----

O conselheiro Ricardo Sales disse que se votar a proposta do defensor Aylton Magalhães contida no procedimento nº 031/2017, é possível votar artigo por artigo da minuta de Deliberação apresentada.-----

O conselheiro Felipe Soledade, sobre o pagamento de diárias ou não na região metropolitana, disse que poderia se excepcionar palestras e seminários e que isto é razoável.-----

A conselheira Fernanda Saraiva citou um exemplo: sede em Ponte Nova e atendimento em Barra Longa; vai ter a diária ou não? dentro da comarca não tem previsão de pagamento?-----

O conselheiro Wagner disse que a proposta menciona cidade.-----

A conselheira Fernanda Saraiva tocou em outro ponto, outro aspecto, o pagamento de valor que estimule a cooperação.-----

O conselheiro Ricardo Sales, revisor, apresentou voto em relação ao procedimento nº 31 de 2017; disse que colocava rejeição da proposta em vez de indeferimento; disse que como a matéria é afeta ao gestor, o seu entendimento é pela incompetência do Conselho para tratar do assunto; por isto rejeitava a matéria, por incompetência absoluta do Conselho sobre o tema, que é afeto à Defensoria-Geral.-----

À unanimidade, todos acompanharam o revisor, conselheiro Ricardo Sales.-----

O conselheiro Ricardo Sales disse que a primeira etapa se foi; fez a seguinte proposta: a dúvida é em torno do valor, seis horas, metropolitana, questão do valor dos servidores; disse que o conselheiro Marco Túlio fez observações que vão ser objeto de estudos e que para otimizar os trabalhos, temos o texto, podemos opinar depois o que alterar na redação; disse que temos que alterar o estudo de impacto financeiro das novas propostas; disse que quem tiver dúvida pode mandar depois para todos.-----

A dra. Christiane disse que para facilitar o trabalho do relator, pelo menos alguns pontos controversos, seria interessante enfrentar; se pudéssemos fixar estes pontos controversos seria interessante.-

O conselheiro Marco Túlio apresentou algumas sugestões de alteração que serão analisadas, especialmente sobre o impacto orçamentário.-----

O conselheiro Heitor Baldez falou de duas propostas, uma que gera impacto financeiro e outra não; falou de ponto controverso que não gera impacto financeiro, art. 13, da minuta, de os valores constarem em Resolução do DPG; disse que este artigo inova em relação à Deliberação nº 037 de 2011; disse que seria carta branca ao defensor geral para fixar o valor da diária; disse que a supressão evitaria fixação de diárias diferentes dentro da Instituição, e isto para não termos surpresas no futuro.-----

O conselheiro Wagner disse concordar com o conselheiro Heitor; disse que o que está sendo feito aqui hoje é isto, estamos acabando com a diferenciação entre diárias; disse que podemos compilar as propostas e que o Conselho tem que analisar a questão da legalidade e que a partir daí podemos resolver o mais rapidamente possível.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que algumas Deliberações do Conselho tem alguma atecnia; que atos de gestão são do DPG e os normativos, do Conselho.-----

O conselheiro Richarles disse que a fixação de percentual é tipicamente de caráter normativo, não concreto, norma abstrata e que o DPG pode fixar os valores, não os patamares.-----

Os conselheiros Marco Túlio, Heitor Baldez e Fernanda Saraiva, apresentaram as seguintes sugestões para estudo de impacto financeiro: **Estudos para Impacto do valor de diária.** Situação 1: Pagar diária para a região Metropolitana, tal qual se faz atualmente. Situação 2: Pagar diária para a região Metropolitana e nos termos do TCE excluir a hipótese de pagamento de diária para palestras e seminários; Situação 3: Pagar diária para a região Metropolitana e nos termos do TCE excluir a hipótese de pagamento de diária para palestras e seminários e diminuição do valor da diária do servidor para até 2/3 do valor da diária do Defensor; Situação 4: Pagar diária para a região Metropolitana e nos termos do TCE excluir a hipótese de pagamento de diária para palestras e seminários; diminuição do valor da diária do servidor para até 2/3 do valor da diária do defensor e criar um novo percentual de 75% do valor da diária para a faixa entre 12h e 24h, mantendo a diária integral para o caso de comprovação de pousada no referido período temporal. Situação 5: Pagar diária para a região Metropolitana e nos termos do TCE excluir a hipótese de pagamento de diária para palestras e seminários e criar um novo percentual de 75% do valor da diária para a faixa entre 12h e 24h, mantendo a diária integral para o caso de comprovação de pousada no referido período temporal. **Proposta de redação do Conselheiro Heitor para o art. 13.** Art. 13... Parágrafo primeiro. A diária de que trata o *caput* será fixada em valor único para todos os defensores públicos, independentemente de função, cargo ou atividade exercida. Parágrafo segundo. A Resolução poderá prever valores diferenciados de diária em razão de viagem para outro Estado ou País, assegurada a igualdade de tratamento prevista no parágrafo primeiro. Parágrafo terceiro. A diária dos servidores da Defensoria Pública não será superior a 2/3 da diária estabelecida em favor dos membros.-----

A conselheira Fernanda Saraiva sugeriu o pagamento de diárias para municípios que compõem a comarca.-----

O conselheiro Wagner se comprometeu a encaminhar à área técnica novo estudo de impacto financeiro; disse que será encaminhado ao email institucional as possíveis simulações ao longo do período até a próxima sessão de fevereiro; se a simulação estiver pronta, com possibilidade de extraordinária, ficando suspenso o procedimento, com o que todos concordaram.-----
Relativamente ao procedimento nº 003 de 2018, foi dada a palavra ao relator, conselheiro Heitor Baldez, que apresentou a minuta de Deliberação e fez também a exposição de motivos da

Plenário



proposta, que torna obrigatória a abertura de edital de remoção para as vagas providas a título precário.-----

O conselheiro Felipe Soledade, revisor, apresentou voto, aderindo na íntegra à proposta formulada e acolhendo também a sugestão da conselheira Fernanda Saraiva, também acolhida pelo relator.---

O conselheiro Wagner disse que está em dúvida até sobre a legalidade da proposta; disse que sabe que a existência dos precários acontecia muito em razão do procedimento do edital; que com a oferta de muitas vagas, abria-se Defensoria, fechava-se Defensoria, a pessoa ia, voltava e assim sucessivamente; disse que tem dúvidas em relação ao procedimento; pediu desculpas e disse que precisava de vista para análise mais apurada, com o que todos concordaram, estando o procedimento pautado automaticamente para a próxima sessão.-----

O conselheiro Ricardo Sales disse que com todo respeito, o mérito da proposta é acabar com a precariedade; que acha que talvez a redação deve ser feita de outra forma e que talvez sugira uma outra redação.-----

Em relação aos procedimentos nºs 013 de 2012 e 024 de 2015, regulamentando a atuação da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais na defesa dos interesses e direitos coletivos, alteração da Deliberação nº 019 de 2009, iniciados os debates e em razão do adiantado da hora e da complexidade da matéria, foram retirados de pauta, para análise futura, o mais breve possível, com a sugestão de convite aos colegas Felipe Panconi, Rodrigo Murad, Leandro Carvalho, Marcelo Paes, Cláudio Pagano, Mariana Lima e Conrado Araújo para debaterem a proposta no Conselho Superior em data a ser definida, com o que todos concordaram.-----

A conselheira Fernanda Saraiva também sugeriu a oitiva de defensores da segunda instância cível e criminal, com o que todos concordaram.-----

Também concordaram os conselheiros que a presença do convidado por ser suprida pela apresentação de parecer e que os demais procedimentos não enfrentados ficarão para apreciação na próxima sessão, em razão do adiantado da hora.-----

Ficou definido que serão realizadas duas sessões seguidas, a 2ª ordinária no dia 19 de fevereiro e a 1ª extraordinária em 20 de fevereiro, podendo a oitiva dos colegas acima mencionados ocorrer em uma das duas sessões e a deliberação ficar para a sessão itinerante de Divinópolis.-----

Para tratar de assuntos relacionados ao Juizado da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte e da situação dos defensores lá



atuantes, a sessão foi tornada secreta, na forma do art. 8º, inciso IV, da Deliberação nº 007 de 2004, Regimento Interno do Conselho Superior. Restabelecida a publicidade da sessão, foi reconhecida a urgência no enfrentamento das questões e que o conselheiro Richarles participará de reunião a ser realizada no gabinete com os interessados.-----

Na parte dos informes da Defensoria-Geral, a dra. Christiane falou de reunião com a Casa Civil levando a importância do encaminhamento da lei sobre o fundo de honorários sucumbenciais, que teve grande receptividade e é importante para a DPG; disse que está propondo uma minuta de iniciativa conjunta e vai encaminhar a proposta ao Conselho; que pretende fazer bem rápido, que quanto mais rápido, melhor para a Defensoria Pública; disse que com o apoio do governo, o projeto tende a ser mais célere; registrou a importância na aprovação dos projetos da data base e da área meio da forma que foi possível; agradeceu a participação e o empenho de todos; disse que foi um trabalho hercúleo, de suma importância que a sanção fosse ano passado ainda; disse que tem feito reuniões para trabalhar o retroativo; que aguarda reunião na semana que vem e uma perspectiva concreta de data para o pagamento deste retroativo; disse que tenta trabalhar com os melhores cenários; que pode ocorrer parcelamento; mas que se ocorrer será pelo menos em parcelas menores, duas, no máximo, mas que trabalha pelo pagamento integral; disse que o valor do auxílio alimentação foi majorado e pago em dobro, corrigindo a distorção antiga; falou de processo administrativo para aquisição de nova sede na Capital; disse que cada imóvel tem uma peculiaridade e quer buscar o melhor imóvel para todos e que o ideal é concentrar em um prédio só; sobre a proposta de regulamentação do concurso público feita pelo conselheiro Marco Túlio disse que pediu para segurar um pouco até resolver questões paralelas, como a questão do retroativo, por exemplo e que aguarda dotação da subdefensoria; sobre as remoções disse que o edital dinâmico já está quase pronto; que quer fazer um teste com os órgãos da Administração e Adep; disse que sobre questionamentos de defensores em relação a outras demandas, como pagamento de férias-prêmio, por exemplo, trabalha em várias frentes; disse que o conselheiro Wagner está fazendo estudo de replanejamento orçamentário e que é preciso fazer com muita precisão; disse que a questão das férias prêmio envolve dotação orçamentária, assim como em relação a cargos; parabenizou os responsáveis pela segunda edição da revista da Defensoria e que sabe da sua importância; fez convite aos

Assinatura

20

Assinaturas e rubricas



conselheiros para a inauguração das sedes de Pirapora e Sete Lagoas.-----

O conselheiro Marco Túlio, sobre o retroativo, indagou se a questão é de ordem financeira e de restos a pagar e se contempla os reflexos, tendo a dra. Christiane respondido que sim.-----

Também indagou o conselheiro Marco Túlio, em ano eleitoral no Brasil, sobre a possibilidade de projeto de lei de recomposição do restante das perdas ainda no primeiro semestre.-----

A dra. Christiane respondeu que depende de dotação orçamentária e que tem que ver se tem condições; segundo, tendo condições, a forma de fazer; disse que só foi possível encaminhar e aprovar os projetos em razão de ser data base; disse achar que o momento foi apropriado, o de encaminhamento dos projetos anteriores; disse que tem que ver a questão de receptividade com o próprio governo; que acha que poderia ocorrer normalmente no mês de agosto/setembro, mas que nada impede seja feita uma nova construção, tendo disponibilidade orçamentária; que a lei do fundo de honorários é bastante concreta.-----

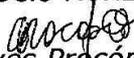
O conselheiro Marco Túlio indagou se a lei do fundo é específica para honorários de sucumbência.-----

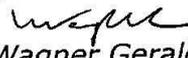
A dra. Christiane respondeu que se tiverem outras fontes próprias, não há problema algum; tendo a dotação orçamentária é possível o envio da lei da venda das férias prêmio, que tem que avaliar, mas não tem como fazer tudo.-----

Eduardo Generoso, presidente da Adep, fez encaminhamento da revisão anual do subsídio; disse que a pauta associativa é teto e 5% e que aguarda o estudo orçamentário na expectativa que se encaminhe a revisão ainda no primeiro semestre deste ano.-----

A dra. Chritiane disse que dentro de disponibilidade orçamentária, nada impede, tendo recursos.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 20:00 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2018.-----

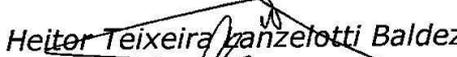

Christiane Nevês Procópio Malard


Wagner Geraldo Ramalho Lima


Ricardo Sales Cordeiro


Marco Túlio Frutuoso Xavier

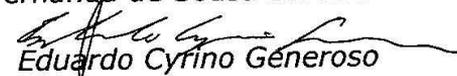

Galeno Gomes Siqueira


Heitor Teixeira Fanzelotti Baldez


Felipe Augusto Cardoso Soledade


Fernanda de Sousa Saraiva


Richarlés Caetano Rios


Eduardo Cyrino Generoso